

## **Conflitos e contradições no espaço vivido em torno dos usos e normatizações em uma cidade patrimonializada: o caso de Cachoeira/Ba**

### **Conflicts and contradictions in the vivid space surrounding uses and regulations in a heritage city: the case of Cachoeira/Ba**

Livia Fraga Celestino  
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG  
livia.celestino@ifnmg.edu.br

Wendel Henrique Baumgartner  
Universidade Federal da Bahia - UFBA  
wendel\_henrique@hotmail.com

#### **Resumo**

A análise realizada permite compreender que o estudo sobre a produção do espaço urbano, a partir de Lefebvre (1974), em Cachoeira é melhor compreendida através da interconexão entre os espaços concebidos, percebidos e vividos. Em Cachoeira existe uma concepção de espaço instituída pelo concebido que está pautado na exacerbação do seu patrimônio cultural com a intencionalidade turística atrelado a normatização do espaço patrimonializado. Entretanto, os resultados da pesquisa permitiram afirmar que apesar desta tentativa de espaço idealizado o produto desta concepção presente no espaço vivido é uma realização fragmentada e parcial desta concepção patrimonial/turística haja vista que os valores e as práticas de uso do espaço em Cachoeira colidem e se opõem ao espaço concebido.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural, usos do espaço, normatizações, conflitos.

#### **Abstract**

The analysis in this article allows us to understand the production of urban space (Lefebvre, 1974) in Cachoeira through out the interconnection between the conceived, perceived and lived spaces. In this city, where there is a conception of space, based in the overrule of the historical heritage in the conceived space dimension, associated with the norms of a protected material place. However, the results of our research show that this conception in the lived space is just a fragment of the patrimonial and touristic determinations since the values and use practices in Cachoeira tension and oppose the conceived space.

**Keywords:** cultural heritage, space uses, norms, conflicts.

#### **Introdução**

O patrimônio cultural das cidades históricas tornou-se foco de políticas públicas em prol da sua preservação. Baumgartner, Bittencourt e Celestino (2021) apresentam uma discussão sobre a gestão do planejamento urbano em uma pequena<sup>1</sup> cidade histórica

---

<sup>1</sup>A população de Cachoeira é 29.250 pessoas (Censo IBGE 2022), o que significa uma redução do número de habitantes em comparação ao total de 32.026 pessoas em 2010 (Censo IBGE 2010). O município se localiza no Recôncavo da Bahia, e a sede está a uma distância de 120 km de Salvador.

(Cachoeira/BA) apresentado ideias, teorias, ações e práticas instrumentalizadas pelos diversos agentes que participam do processo. As intervenções pensadas e materializadas no espaço urbano e a instrumentalização da patrimonialização da cidade repercutem nos âmbitos sociais, econômicos, políticos, culturais oferecendo importantes elementos para compreendermos a produção do espaço. Nessa direção, analisar as maneiras pelas quais o patrimônio cultural é concebido, percebido e vivido se torna relevante, mesmo em uma cidade com diversos estudos sobre seu patrimônio material e imaterial, como é o caso de Cachoeira (UFBA, 1976; RIBEIRO, 1994; FLEXOR, 2007; HENRIQUE, 2009a; RODRIGUES, 2009; BITTENCOURT, 2011; CELESTINO, 2014; BAUMGARTNER & ROTHFUSS, 2017).

O espaço urbano de Cachoeira é rico como objeto empírico de estudo, não somente por seus aspectos estéticos materializados em sua arquitetura, ou mesmo pela diversidade de suas manifestações culturais, mas também por esta intrínseca relação se fazer presente nas dimensões política, cultural, econômica e social. Cachoeira se destaca no cenário nacional por ter sido patrimonializada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1971, devido ao seu conjunto arquitetônico e paisagístico. A cidade de Cachoeira tornou-se destaque no contexto das cidades históricas brasileiras devido a sua importante trajetória histórica, por seus bens arquitetônicos e rica tradição popular. Após uma longa trajetória de ciclos de prosperidade econômica e estagnação o espaço urbano em questão volta a tomar fôlego mediante ações promovidas principalmente pelo Estado, através do IPHAN, enquanto principal financiador das políticas de patrimonialização em paralelo a política de ampliação do ensino superior com a instalação do campus da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), fundada em 2005.

Os maciços investimentos públicos em prol da preservação patrimonial da cidade buscam, quase que de maneira uníssona, atrelar o patrimônio cultural ao incentivo de atividades turísticas enquanto possibilidade econômica. A turistificação do patrimônio (PAES, 2015) foi a estratégia de desenvolvimento econômica pensada para a cidade diante do quadro de estagnação, empobrecimento e perda de importância na rede urbana perdurou por décadas (HENRIQUE, 2009a). Não cabe menor dúvida que estes investimentos contribuíram, efetivamente, para a recuperação e preservação do seu rico patrimônio. O estímulo as atividades turísticas em cidades patrimonializadas fazem parte das novas políticas de organização espacial da “indústria cultural” estimulando o seu valor cultural em valor de troca transformando o patrimônio em grande atrativo para a mercantilização das cidades

evidenciando a perversidade da globalização econômica intensificando a segregação socioespacial e a “banalização pela cenarização” de núcleos históricos das cidades, amplamente pesquisados por Costa e Castro, 2008.

Baumgartner, Bittencourt e Celestino (2021) ao tratarem da gestão e planejamento urbano em cidades históricas afirmam que os planos de renovação de áreas patrimoniais estão relacionados à criação de uma imagem de cidade histórica que represente, material e simbolicamente, um passado mítico a ser resgatado também pelas construções ou manifestações culturais. Especificamente, em nossa área de estudo a tentativa de renovação colocada em movimento pelo Programa Monumenta e PAC-Cidades Histórica passou também a ser utilizada pelos gestores públicos, através do Plano Diretor<sup>2</sup>, reforçando a promoção da imagem da cidade pautada na exploração de símbolos culturais para fins mercadológicos<sup>3</sup>.

Existe em Cachoeira uma forte tentativa de criação de um espaço patrimonial/turístico instituído pelo espaço concebido (CELESTINO, 2014). A criação deste espaço idealizado se dá mediante a normatização do espaço protegido, das ações de patrimonialização, através dos programas de preservação, e do planejamento urbano voltado a exacerbação dos seus bens culturais<sup>4</sup>. Sendo considerada uma cidade patrimônio muitos investimentos<sup>5</sup> foram injetados em Cachoeira com intuito de recuperar e valorizar, principalmente, as formas arquitetônicas de tempos pretéritos. Os resultados da pesquisa

<sup>2</sup> Nota técnica (nº0093/07-7SR/IPHAN) produzida por Nivaldo Vieira de Andrade Junior exercendo, em 2007, a função de Técnico em Arquitetura e Urbanismo da 7ªS.R/IPHAN com atuação no escritório do IPHAN em Cachoeira aponta críticas relevantes sobre o Plano Diretor de Cachoeira ao relatar questões discutidas pela Comissão de Revisão do Plano Diretor. Segundo este documento, a 1ª Minuta da Lei do PDU, apresentava diversas falhas, seja na leitura da cidade e dos seus distritos, seja nas diretrizes apresentadas (CELESTINO, 2014).

<sup>3</sup> A proposição da “cabana da roda” – espécie de palco para apresentações afroreligiosas na orla fluvial e nas sedes distritais reforçando a folclorização das manifestações afrobrasileiras a partir da espetacularização de seus símbolos – equipamentos de lazer na orla fluvial – além do zoneamento para instalação de equipamentos hoteleiros visando a potencialização das suas dotações turísticas. Essas e outras iniciativas apontam para a monocultura do turismo, sinalizada por Krippendorf (2008), cujo direcionamento da gestão e planejamento urbano relacionam-se a supremacia de um uso, o uso turístico.

<sup>4</sup> Esta tentativa de criação de um espaço idealizado que atende às finalidades e usos específicos tem seus objetivos frustrados diante da forte dinâmica social e econômica produzida pela instalação da UFRB. A chegada da universidade vem sendo responsável pelas grandes mudanças no espaço urbano cachoeirano (HENRIQUE, 2009a; BAUMGARTNER & ROTHFUSS, 2017).

<sup>5</sup> Entre os investimentos estão o: PCH (Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas), o Programa Monumenta e o PAC-Cidades Históricas (Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas). Todos esses programas buscavam valorizar e recuperar o patrimônio da cidade, associando o desenvolvimento econômico local, principalmente por meio das atividades turísticas. Este panorama relaciona-se as mudanças no direcionamento das políticas de preservação (RODRIGUES, 2009) que primeiramente selecionou bens como símbolos da nação e posteriormente passou a utilizá-los para fins econômicos evidenciando o valor econômico patrimonial discutidos por Jeudy (2005) e Choay (2006).

permitiram afirmar que apesar desta tentativa de espaço idealizado o produto desta concepção presente no espaço vivido é uma realização fragmentada e parcial desta concepção patrimonial/turística haja vista que os valores e as práticas de uso do espaço em Cachoeira colidem e se opõem ao espaço concebido.

### **A produção do espaço urbano em uma cidade patrimonializada**

O espaço geográfico consiste em uma importante categoria de análise do patrimônio cultural e a partir das contribuições de Santos (2002), Carlos (2001), Moraes (1996), Paes, (2015) e Costa e Castro (2008) podemos compreender a organização espacial e, especialmente, as novas dinâmicas em cidades patrimonializadas cooptadas pela indústria do turismo, pelas dinâmicas econômicas e pelas engrenagens da globalização atual. A partir de Moraes (1996) entendemos que a “essência do espaço é social” e assim consideramos que as formas presentes no espaço representam produtos históricos que são trabalhadas pela ação humana e expressão as relações sociais que lhe originam. Sendo assim, os fixos espaciais representam organizações sociais, culturais e políticas pretéritas que se articulam no tempo presente. Santos (2002) trata como “rugosidades” a materialidade histórica que persiste no espaço, as estruturas socioespaciais pretéritas, antigos arranjos e tempos cristalizados que podem se apresentar de maneira isolada ou em forma de arranjos espaciais que assumem novas funções em um novo momento histórico.

É neste sentido que categoria espaço assume importância na discussão do patrimônio cultural, pois no atual contexto da globalização o patrimônio cultural e a organização dos núcleos urbanos protegidos passam a ser inseridos na lógica do circuito da cultura-mercadoria, sendo constantemente ressignificados, refuncionalizados através da injeção de vultuosos recursos financeiros a partir de múltiplos agentes públicos e privados. Paes-Luchiari(2006) comenta que rugosidades abandonadas, centros históricos, áreas portuárias, são exemplos emblemáticos deste processo sendo reproduzida em cidades de todo mundo sob a lógica empresarial neoliberal<sup>6</sup> que através da refuncionalização<sup>7</sup> de suas áreas

---

<sup>6</sup> Paes-Luchiari (2006) traz à baila a discussão já realizada por Arantes (2000) ao tratar das questões urbanas vinculadas a cultura como mercadoria, a exemplo do modelo de Barcelona, sob a lógica do planejamento estratégico, reproduzida como receita para várias cidades do mundo, inclusive para países em desenvolvimento, afirmando assim a existência de um “pensamento único das cidades”.

<sup>7</sup> “O termo refuncionalização será utilizado para indicar inúmeros projetos de renovação urbana denominados por revitalização, gentrificação, requalificação, enobrecimento, entre outros. Tais termos têm se apresentado como transitórios em seu uso, contraditórios em sua concepção, ou já foram devidamente criticados por inúmeros autores pelo seu uso incorreto, ao passo que o processo de refuncionalização das formas urbanas se estende a todos eles” (PAES-LUCHIARI, 2006, p. 43).

estimulam o uso meramente turístico. Neste ínterim, cidades históricas outrora abandonadas/arruinadas tornam-se foco de políticas urbanas enaltecedoras dos seus bens culturais. Por isso, neste momento “a cultura se torna mercadoria e moeda de troca que impregna os objetos, os bens culturais e a própria paisagem urbana”, essa ideia faz parte das reflexões de Arantes (2000), quando esta afirma que:

Rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de 'revalorização urbana' - sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar...). E para entrar neste universo dos negócios, a senha mais prestigiosa - a que ponto chegamos! (de sofisticação?) - é a Cultura. Essa a nova grife do mundo fashion: da sociedade afluente dos altos serviços a que todos aspiram (ARANTES, 2000, p. 31).

Analizar o espaço geográfico das cidades históricas patrimonializadas, hoje, nos permite entender que estes núcleos urbanos históricos, inicialmente preservados com objetivo de resguardar uma memória materializada (rugosidades) em formas arquitetônicas coloniais, escolhidas enquanto símbolos de identidade, tornam-se mercadorias inseridas no mercado global capitalista cooptada pela indústria turística inserindo normatizações de uso aos espaços contribuindo para criar ou acentuar conflitos no cotidiano.

A cidade de Cachoeira, honrada com o título de “Monumento Nacional<sup>8</sup>”, possuidora de história plurissecular, nos dá a oportunidade de compreender o processo de constituição do Recôncavo<sup>9</sup>, da Bahia e do Brasil. A antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário agregou valores importantes, principalmente no que se refere ao seu destaque na economia e na política. Devido ao solo massapê e condições climáticas que lhe rendia produtos agrícolas de boa qualidade e, sobretudo, por sua localização geográfica, às margens do Rio Paraguaçu, possibilitou o desenvolvimento do transporte fluviomarítimo gerando riquezas acumuladas ao longo dos séculos.

Em Cachoeira, a sucessão do tempo permanece enquanto memória em suas edificações (Figura 1). Estrategicamente localizada, a cidade enriqueceu, devido a seu porto fluvial, e se tornou um importante centro de comércio regional, com suntuosos sobrados, casarões formando um conjunto arquitetônico composto por edifícios do século XVIII e XIX. Aos poucos, o espaço de Cachoeira foi sendo produzido pelos diferentes agentes que

---

<sup>8</sup> Decreto nº 68.045, de 13 de janeiro de 1971.

<sup>9</sup> Milton Santos (1959), relata a importância do Recôncavo Baiano ao afirmar que nesta área geográfica se constituiu a primeira rede urbana no Brasil, impulsionada pelo papel de destaque que a região possuía na economia colonial e durante o período imperial.

compunham aquele espaço, com destaque para a Igreja Católica, os comerciantes, os senhores de engenho, os indígenas e a grande população negra responsável por compor a cultura, através dos quilombos e terreiros de candomblé<sup>10</sup>(VELAME,2012) apenas recentemente reconhecida e valorizada enquanto patrimônio cultural. Nas duas primeiras décadas desse século, as principais ações de preservação em Cachoeira estão em conformidade com as ações em escala nacional no lançamento de maior atenção em prol da preservação do patrimônio edificado. Durante muito tempo as dimensões imateriais que encontram em Cachoeira densas manifestações, principalmente ligadas à ancestralidade africana através de terreiros de candomblé (VELAME, 2012; LOBO, 2015) ficaram esquecidas<sup>11</sup>.

Com o passar do tempo, a partir do desenvolvimento de outras localidades, mais atreladas as inovações tecnológicas, com o transporte rodoviário e a nascente indústria petroleira próximo a Salvador, em meados do século XX, Cachoeira foi perdendo importância na rede urbana, fato que contribuiu para o esvaziamento populacional, desemprego e para o quadro de estagnação econômica. Os processos socioespaciais que conduziram o apogeu da cidade histórica de Cachoeira proporcionado pelas riquezas dos ciclos econômicos da cana-de-açúcar e do fumo ganharam novos contornos. As antigas igrejas barrocas e sobrados coloniais que serviam de residência para as elites econômicas regionais foram entregues ao esvaziamento e abandono transformando-se em espaços arruinados.

Em 1971, a cidade de Cachoeira foi então patrimonializada, através do instrumento do tombamento<sup>12</sup>, pelo IPHAN por seu Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, entrando assim, no rol das cidades que são patrimônio nacional<sup>13</sup>. Embora muitos bens já

---

<sup>10</sup> O Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde (Jeje-Mahi), conhecido como “Roça do Ventura”, fundado em 1858, foi inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 2015 pelo IPHAN, sob número do processo 1627-T-2011.

<sup>11</sup> Entretanto, nota-se investimentos também na área do turismo étnico setor amplamente fortalecido nos últimos anos na Bahia, como mais uma tentativa de redinamização das cidades históricas. Em Cachoeira, o turismo étnico encontra na Festa da Irmandade da Boa Morte (irmadade negra centenária constituída unicamente por mulheres de candomblé) e nas dezenas de terreiros (tombados e registrados pelos órgãos de preservação federal e estadual) uma nova modalidade de atuação.

<sup>12</sup>O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>).

<sup>13</sup>Este reconhecimento favoreceu a concentração de investimentos públicos relacionados a valorização deste espaço rico em cultura que se faz presente até hoje tanto em suas formas construídas (igrejas, monumentos e sobrados) quanto em seus costumes da prática cotidiana (culinária, religiosidade e musicalidade). Vale mencionar que o reconhecimento de Cachoeira como patrimônio nacional não foi equânime com as culturas indígenas e negras sendo, portanto, alvo de críticas acadêmicas (VELAME, 2012; RODRIGUES, 2009; CELESTINO, 2014; HENRIQUE, 2009a) e dos movimentos sociais locais.

haviam sido protegidos pelo tombamento individualmente, na década de 1940, compondo um grande acervo junto a Ponte D. Pedro II, o mercado, a ferrovia enquanto importantes marcos culturais da cidade. A origem da preservação do patrimônio no Brasil associou-se à consolidação da imagem política e cultural de nação, realizado pelo Estado, através do SPHAN<sup>14</sup>, da qual os símbolos escolhidos para representar o patrimônio nacional enalteciam os poderes políticos, religiosos e militares, reafirmando que a “eleição de um patrimônio cultural é sempre um processo socialmente seletivo” PAES-LUCHIARI (2006, p.44).

A seleção dos bens culturais nesta época representava uma visão elitista da cultura excluindo as expressões culturais, especialmente dos negros e indígenas, relegando suas contribuições ao esquecimento. Vale uma ressalva importante. Apesar das culturas negras e indígenas ficaram à margem das políticas de preservação e salvaguarda patrimonial esta tentativa de apagamento está circunscrito ao reconhecimento e ações do Estado, pois as culturas negras e indígenas despeito do Estado possuíam seus próprios modos de preservar, criar memória e transmiti-las. E foi por conta dessas práticas atreladas a seu modo de ser e estar no mundo que contribuíram para a continuidade de suas culturas apesar da ausência de políticas patrimoniais.

Após uma longa trajetória de ciclos de prosperidade econômica e estagnação o espaço urbano em questão volta a tomar fôlego, mediante ações promovidas principalmente pelo Estado, através do IPHAN, enquanto principal financiador das políticas de patrimonialização. Segundo Costa e Castro (2008), entre 1960 e 1990, o patrimônio cultural das cidades históricas passa a ser reconsiderado no planejamento estratégico no tocante ao desenvolvimento local e regional. É neste momento que o reconhecimento e valorização do patrimônio visam sobretudo a associação das cidades históricas para a indústria do turismo cultural “entrando na lógica da mercantilização dos espaços voltados às atividades do turismo” (CARLOS, 2001).

---

<sup>14</sup>O SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atual IPHAN, foi criado em 1937.

Figura 1. Vista do centro da cidade de Cachoeira/Bahia e do Rio Paraguaçu (ao fundo).



Fonte: Michel Cerqueira, 2023.

Em Cachoeira, os investimentos em prol da preservação patrimonial passaram a atrelar o patrimônio cultural ao incentivo de atividades turísticas enquanto possibilidade econômica. Diante do quadro de estagnação que perdura há décadas, o turismo passou a ser encarado como alternativa econômica. A criação deste espaço patrimonial/turístico idealizado se dá mediante a normatização do espaço tombado, das ações de patrimonialização e do planejamento urbano voltado a exacerbação dos seus bens culturais. De modo a compreender o cenário que envolve as normatizações e conflitos em Cachoeira nos apoiamos nas contribuições de Lefebvre (1974). Para o entendimento da produção do espaço social, Lefebvre busca articular três níveis do real: o espaço concebido, o espaço percebido e o espaço vivido. Assim, ao invés de uma dialética propõe-se o estudo a partir de uma dialética espacial que correspondem respectivamente: as representações do espaço (espaço concebido), espaços de representação (espaço percebido) e práticas espaciais (espaço vivido)<sup>15</sup>.

As representações do espaço (espaço concebido) referem-se ao espaço das normas, da razão instrumental, à ordem imposta pelas relações de produção. Este espaço concebido, também definido como espaço abstrato, relacionam-se aos símbolos, signos,

---

<sup>15</sup> As definições e explicações sobre os conceitos podem ser encontradas em Lefebvre (1974, p.42-43)

conhecimentos e códigos da representação dominante. É o espaço genuíno de atuação do capitalismo. As representações do espaço fruto de um saber técnico, serve a estratégias. Desta maneira o espaço concebido trata-se das concepções hegemônicas do Estado, governantes, planejadores, ou seja, aqueles que pensam e tentam normatizar os espaços e o cotidiano a partir das práticas econômicas e da política. O espaço concebido está relacionado ao espaço de dominação de uma sociedade, espaço de legitimação do poder e da ideologia, e sendo gestado dentro do modo de produção capitalista serve, principalmente, à acumulação.

Na contemporaneidade há uma tentativa constante do concebido prevalecer sobre os outros espaços principalmente devido à atuação dos meios de comunicação de massa. Muitas vezes, as representações do espaço podem ser hegemônicas, mas não em sua totalidade, pois outras interpretações, outros códigos e outras possibilidades surgem nas brechas do modo de produção capitalista, principalmente nos espaços vividos. Assim, para além da lógica que se apresenta como suprema e verdadeira, elaboradas por uma ordem distante existem várias outras lógicas que não podem deixar de ser consideradas. Como já foi dito, o que ocorre é um processo de simultaneidade entre as lógicas, além disso existem contradições no confrontamento entre a lógica regida pelo espaço concebido e a apropriação social regida pelo espaço vivido e a partir destas contradições emerge o espaço diferencial. Em outras palavras, a lógica regulada pelo espaço concebido tende a homogeneidade, tentando eliminar as diferenças, assim uma nova forma de produção do espaço surge a partir da acentuação e superação das diferenças. Segundo Lefebvre (1974) a possibilidade de transformação social se dá no conflito entre a apropriação e a dominação social do espaço, na disputa pela construção do espaço diferencial. Este surge como superação das oposições contidas no espaço abstrato.

Os espaços de representação (espaço percebido) que ocorrem no cotidiano podem ser traduzidos pelo espaço percebido. Este espaço percebido é um espaço de mediação entre o concebido e o vivido, pois o que é percebido é antes concebido e tende a se reproduzir no vivido. Seabra (1996, p. 80) explica que entre o espaço vivido e o espaço concebido existe uma “zona de penumbra” na qual opera o percebido, envolto em representações. As práticas espaciais (espaço vivido) é o espaço da prática cotidiana, entendido como espaço absoluto, é o espaço da vida social, das diferenças e outras possibilidades, sendo, portanto, um espaço importante para entender a realidade urbana. Para Lefebvre, a prática espacial de uma sociedade é responsável pela produção do seu espaço em uma constante interação dialética.

Trata-se do espaço dominado do qual sobre exaustiva interferência do espaço concebido. No cotidiano trava-se de maneira constante um embate entre espaço vivido e espaço concebido.

Em Cachoeira, o espaço concebido é marcado pela sobreposição de ações e materialização de diversos planos e normativas, editados tanto na esfera nacional (processo de patrimonialização, regulações do IPHAN, programa Monumenta, entre outros), estadual (Construção da Usina Hidroelétrica de Pedra do Cavalo, definição de áreas de proteção ambiental e estímulo turístico) e municipal (Plano Diretor) que esquematizam, afetam e regulam o conjunto edificado e ocupado. O percebido se produz tanto em visões positivas, como da Cidade Histórica e Heroica, bastião da Independência da Bahia (02 de julho de 1823), da resistência da centenária Irmandade da Boa Morte ou do berço do Candomblé no Brasil, quanto na imagem de uma cidade em decadência econômica e em ruínas. Já o vivido é o espaço banal, o espaço do cotidiano da feira livre que anima a cidade com muita intensidade às quartas-feiras e sábados<sup>16</sup>; dos encontros de vizinhos nas praças da cidade, da movimentação de estudantes indo para suas aulas nas escolas ou na universidade; de moradores nas calçadas conversando, encontrando amigos e parentes, reclamando do calor, do cheiro do rio, ou exaltando as delícias das festas juninas; das festas de largo e dos ensaios das filarmônicas que enchem as ruas de música e abafam o barulho das obras de restauro.

### **Possíveis conflitos a partir do tombamento e atuação do IPHAN**

A opção por uma abordagem crítica sobre a produção do espaço urbano baseia-se na possibilidade de evidenciação dos conflitos e contradições que marcam as cidades. No caso de Cachoeira uma das grandes contradições nessa discussão se dá pela incansável valorização do patrimônio material colonial, através das políticas de preservação, no mesmo espaço onde foram historicamente travadas lutas contra o poder colonial, através das populações negra e indígenas no processo de Independência da Bahia<sup>17</sup>. Embora o tombamento seja um instrumento importante de preservação, as pesquisas produzidas em mais de uma década de estudos sobre Cachoeira (HENRIQUE, 2009a; BAUMGARTNER, BITTENCOURT E

---

<sup>16</sup> Nas cidades do interior da Bahia os dias de feira são determinados pelo espaço vivido podendo variar entre quarta e domingo. Em Cachoeira, a feira livre ocorre as quartas e aos sábados.

<sup>17</sup> A importância política de Cachoeira lhe rendeu a titulação de “Cidade Heróica” devido a sua participação nas lutas pela Independência da Bahia, em 2 de julho de 1823. Assim, desde 2007, através da Lei nº 10.695/07, ficou estabelecido que, no dia 25 de junho, a sede do governo fosse transferida para Cachoeira como capital da Bahia por um dia, destacando a importância do município de Cachoeira na resistência da população do Recôncavo Baiano às tropas portuguesas. Disponível em: <http://www.conselhodecultura.ba.gov.br/2019/06/566/Cidade-deCachoeira-e-capital-da-Bahia-e-sede-do-governo-por-um-dia.html>.

CELESTINO, 2021) evidenciaram que a sua execução é permeada por dúvidas, tensões e questionamentos da população local. Nesse ínterim, cria-se uma zona conflituosa entre preservação e desenvolvimento, entre antigo e moderno, público e privado. Mesmo sendo um núcleo tombado, a ausência de uma maior articulação entre políticas urbanas e políticas patrimoniais contribuiu decisivamente para a descaracterização da sua paisagem. O tombamento enquanto instrumento de proteção impõe regras que buscam ordenar o uso do espaço patrimonializado<sup>18</sup>.

A maneira como o tombamento foi realizado na cidade, a forma como as normatizações foram aplicadas e sobre os critérios de fiscalização geram impasses e tensões nos espaços vividos. Embora o diálogo entre moradores e os representantes dos órgãos de preservação tenha evoluído nos últimos anos, o reduzido estreitamento destes laços inicialmente contribuiu ao longo do tempo para pouca clareza, desentendimentos e conflitos<sup>19</sup>. Vale mencionar que o tombamento e os programas de preservação contribuíram para a preservação do patrimônio edificado e mais atualmente, através dos registros e planos específicos, para a salvaguarda das manifestações e expressões culturais. Nesse sentido avalia-se que o IPHAN possui um papel decisivo na preservação do patrimônio cachoeirano ao assumir quase todas as responsabilidades sobre o patrimônio (programas de preservação, normatização, fiscalização) haja vista a reduzida participação do órgão estadual na preservação e a reduzida participação dos gestores locais<sup>20</sup>.

Apesar de ser concebido com um espaço urbano de grande importância para os órgãos de preservação estas ações não causaram grande repercussão para os cachoeiranos, principalmente por terem sido decisões unilaterais, sem a participação daqueles que mais convivem com os bens tombados, além disso os impactos destas ações não provocaram grandes mudanças econômicas e sociais. Esse cenário faz parte das reflexões de Castriota (2009) ao apontar que os instrumentos como o tombamento mostraram-se importantes num primeiro momento, mas, ao longo do tempo, revelam suas limitações e precisam ser revistos a

---

<sup>18</sup>Como não houve desde o momento do seu tombamento uma delimitação através de uma poligonal a ser salvaguardada, todo o perímetro urbano está sob o regime de especial de proteção seguindo as recomendações previstas no Decreto-lei nº25/1937, além do cumprimento de algumas portarias e notas técnicas específicas.

<sup>19</sup>Vale mencionar aqui, o IPHAN, órgão federal de proteção do patrimônio cultural brasileiro, apesar das críticas, desempenha um importante papel. O Estado enquanto importante agente da produção do espaço contribuiu para a preservação patrimonial mediante vultuosos investimentos.

<sup>20</sup>Em Cachoeira o Poder Público local mostra-se muitas vezes omisso em suas responsabilidades para com o patrimônio local evidenciando pouca articulação entre as instâncias responsáveis pela preservação. Isso demonstra que a gestão de um espaço tombado é demasiadamente complexa. Desse modo, a preservação do patrimônio em Cachoeira ainda é muito dependente das iniciativas e intervenções federais através do IPHAN.

luz de novos condicionantes e critérios. Nesse sentido evidencia-se que além das ações de patrimonialização torna-se indispensável criar medidas que estimulem o uso e a apropriação social dos patrimônios. A educação patrimonial é apontada como uma das possíveis alternativas de modo a estimular a reflexão sobre a temática patrimonial e ações cotidianas de zelo com o espaço protegido.

O espaço urbano tombado de Cachoeira passou a ser marcado por normatizações<sup>21</sup>, programas e projetos de valorização patrimonial com reflexos sobre o uso do espaço. O tombamento do espaço urbano acaba impondo restrições ao uso da propriedade privada, agora entendida como propriedade coletiva que pertence a todos. Encontramos em Cachoeira ações que transgridem as normas impostas pelos órgãos de preservação. Logo, determinadas práticas espaciais, através do uso do espaço, chocam-se com o espaço patrimonial/turístico idealizado. A partir das pesquisas em campo encontramos entre as justificativas para tal fato: a pouca clareza e as subjetividades das normas, o reduzido espaço de diálogo entre moradores e órgãos de preservação (IPHAN/IPAC<sup>22</sup>), omissão do Poder Público local, a ausência de uma política municipal de preservação, o reduzido entendimento sobre o porquê, como e para quê preservar o patrimônio. Podemos afirmar que alguns fatores contribuem para certa rejeição social em relação a temática patrimonial, entre elas: a distância da política patrimonial em relação às práticas sociais do espaço vivido, o reduzido corpo técnico dos órgãos de preservação<sup>23</sup>; ausência de ações dialógicas desses órgãos com a comunidade local; reduzidas ações com enfoque na educação patrimonial; a alta rotatividade dos técnicos que dificulta o estreitamento dos laços com a comunidade; a aplicação de multas, processos e embargos aos moradores locais que realizam intervenções que burlam as normativas; a burocrática e excessiva reprovação de projetos de intervenção individual realizada pelos moradores.

#### Insurgências contra a lógicas normativas no espaço vivido

A força do vivido, apesar de ser construída pelos sujeitos em seu cotidiano, se manifesta no impacto causado pela ação coletiva dessas pessoas, que se congregam e conjugam, possibilitando a identificação de conjuntos de agentes que subvertem as lógicas

<sup>21</sup> Em busca da preservação do patrimônio os órgãos de preservação trabalham com foco nas normatizações. Por ser uma cidade patrimonializada qualquer tipo e intervenção precisa da aprovação e autorização prévia do IPHAN gerando um turbilhão de conflitos e tensões no cotidiano.

<sup>22</sup> Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

<sup>23</sup> Apesar dos muitos investimentos lançados na recuperação do patrimônio em Cachoeira o órgão federal de preservação encontra dificuldades internas como o reduzido corpo técnico. Em Cachoeira esta dificuldade contribui para que sua atuação seja quase restrita as análises de projeto e fiscalizações.

normativas de uso do espaço. Aqui citamos, sem nenhuma ordem hierárquica, alguns desses coletivos de sujeitos: moradores, estudantes, artistas, lideranças religiosas, ativistas ambientais, entre outros. Para Henrique (2009b, p. 05) “o corpo é a forma de subversão das normas impostas pelo planejamento e pela gestão de áreas tombadas”. Esses acontecimentos se dão a partir das brechas e das entradas dos processos de intervenção. Em Cachoeira as tentativas de transformar os espaços com uso turístico não atingiram êxito, assim abriu espaço a continuidade do uso dominado pelo vivido, pelas práticas sociais estabelecidas no cotidiano. Contatou-se que estas práticas espaciais determinam o uso do espaço ao não atender as normatizações<sup>24</sup> ou mesmo pelo uso dos espaços idealizados regido por outras lógicas e que acabam por chocar-se ao espaço concebido.

No que se refere a atuação do IPHAN na cidade, segundo o relato de alguns moradores, é que “o patrimônio vale mais do que as pessoas”. Além da atenção ao patrimônio material a atenção as pessoas que criam e se relacionam com este patrimônio parecem fundamental no sentido de melhoria das suas condições de vida. O relato de H.V.B<sup>25</sup> (55 anos, membro de instituição religiosa) alega que não cumpre a legislação patrimonial vigente e conclui que atenção deve estar para além do patrimônio edificado e acrescenta:

O patrimônio de Cachoeira são as pessoas, nele que deveriam ser investidos, antes mesmo dos direitos do patrimônio edificado até porque são as pessoas que constroem (...) Porque se a gente coloca de fora o ser humano ou apenas considera o ser humano como ser humano que só destrói e é assim que parece ser o entendimento dos órgãos patrimoniais entendem as pessoas, como alguém que desacata a lei, mas não entende que é alguém que é o patrimônio, que é o mantenedor daquele patrimônio e é ele que dá sentido aquele imóvel, sem o ser humano pra quê nós queremos as edificações, prédios ruas, igrejas? (Informação oral).

A moradora E.M (69 anos, comerciante) apesar de considerar importante as normas de preservação patrimonial acredita que estas poderiam ser mais flexíveis em

---

<sup>24</sup>Segundo entrevista com Karina Monteiro de Lira, arquiteta e ex-chefe do IPHAN em Cachoeira, as normas que são mais descumpridas em Cachoeira estão previstas nos artigos 17 e 18 do Decreto-Lei nº25. Art. 17: As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado. Art. 18: Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncio ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se, neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

<sup>25</sup>A utilização de siglas busca preservar a identidade dos entrevistados durante o processo de pesquisa.

atendimento as demandas e necessidades contemporâneas como a criação de garagens e janelas e complementa:

Eu tenho desejo de fazer mudanças em minha casa, mas não é permitido pelo patrimônio. A cidade faz muito calor né, daí seria bom colocar umas janelas para ventilar a casa, ter mais ar fresco. Aqui, antigamente era um estabelecimento comercial com três enormes portas, mas sem nenhuma janela. Eu vou colocar minhas janelas (Informação oral).

A.G.S (59 anos, professor) aposentado da rede de ensino do município afirma que o desconhecimento da história influencia nas ações cotidianas dos moradores. Para ele, a prova deste desconhecimento sobre o valor patrimonial da cidade é vista nas ruas, mediante as condições de preservação da cidade e ao não cumprimento das normatizações e acrescenta:

o cachoeirano dificilmente tem alguma informação sobre a historiografia da sua cidade, não tem uma conscientização do valor histórico, arquitetônico que a cidade tem, a prova é que você andando nas ruas e becos da cidade você vê o retrato da descaracterização, as pessoas que acham que devem derrubar a fachada de sua casa, que deve colocar a cor que quer, botar azulejo que quiser, então isso demonstra a falta de conscientização do povo cachoeirano (Informação oral).

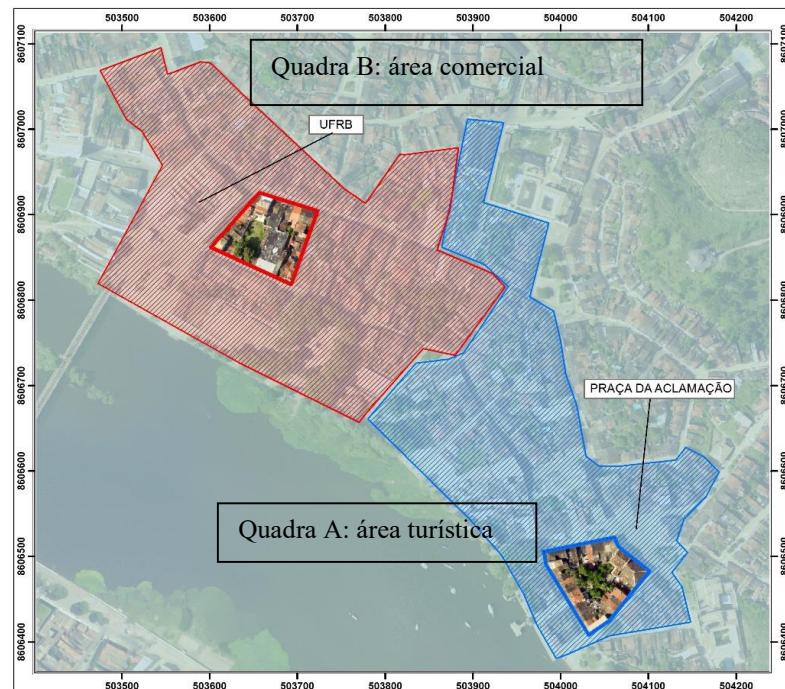
É importante pontuar que a lógica dominante encontra em Cachoeira contra rationalidades. A rationalidade hegemônica (concebido) tem a pretensão de transformar o espaço em atendimento as demandas externas, definindo usos e modificando a estrutura espacial. Apesar de muitas tentativas o turismo ainda não conseguiu se afirmar como uma atividade econômica importante apesar do forte empenho e dos investimentos em associar patrimônio ao mercado turístico. O forte uso residencial e misto, a presença de pessoas dormindo nas ruas, a utilização e venda de drogas nas esquinas, a presença de ambulantes, os eventos festivos populares, a intensa poluição visual e sonora, a presença de bares e restaurantes, as velhas casas de prostituição no centro demonstram que o uso do espaço em Cachoeira perverte a ordem estabelecida.

Apesar da tentativa de criação de um espaço idealizado patrimonial/turístico estabelecido pelo concebido existe em Cachoeira a supremacia do vivido. A vida corre e anima o contexto urbano de Cachoeira. No que concerne ao planejamento de áreas protegidas, Henrique (2009b, p. 06) nos oferece a reflexão da necessidade de pensar novas formas de planejamento e gestão que incluem as singularidades, temporalidade e cotidianidades em oposição aos planos funcionalistas e materialistas que excluem a possibilidade de realização da vida da própria cidade. O autor, complementa que as respostas a esta indagação não são

muito fáceis de serem elaboradas posto a contradição existente, pois “as ações do planejamento se inserem na normatização e no ordenamento do espaço, na cidade vista como território das normas e o cotidiano é a espontaneidade, é o que foge a norma, apesar de ser também ser a norma, o lugar é o espaço da cidade de realização cotidiana” (HENRIQUE, 2009b, p. 06)

De modo a detalhar a pesquisa e compreender como as normatizações e conflitos se espacializam em Cachoeira, optamos por selecionar duas quadras específicas (Quadra A e Quadra B) em pontos distintos da cidade. Buscou-se verificar quais os usos realizados dentro de uma mesma área onde predominam ações relacionadas ao patrimônio cultural. Para tanto buscamos analisar quais as propostas para esta área, quais os usos cotidianos, quais as normatizações impostas e os possíveis conflitos.

Figura 2: Espacialização das Quadras A e B em Cachoeira/Bahia



tombados isso característica concentração de investimentos públicos relacionados a recuperação do patrimônio cultural na cidade. Ainda vale mencionar que muitas das edificações desta espacialidade foram alvo dos programas de preservação federal, como o Programa Monumental.

As atividades turísticas predominam neste espaço da cidade no intuito de estímulo à visitação dos museus, igrejas, Casa de Câmara e casario histórico. A presença de grupos de visitantes, estudantes, guias de turismo é facilmente encontrada neste espaço. Apesar disso este espaço ainda predomina o forte uso habitacional de casarões cujos logradouros servem também de passagem para os residentes das áreas do Caquende e Ladeira da Cadeia, área periférica da cidade. O uso para as atividades de lazer também configura-se como característica deste espaço principalmente por conta da Praça da Aclamação e Rua 25 de Junho local onde está situada a área boêmia da cidade.

No espaço onde se insere a Quadra B (Figura 2) ocorre forte vinculação com as atividades comerciais da cidade com a presença de instituições bancárias, comércios e serviços diversos (calçados, farmácia, supermercado, vestuário, material de construção, funerária). Uma das características principais deste espaço refere-se a sua intensa movimentação pessoas e de veículos. Este espaço passou a ser alvo de investimentos públicos relacionados a expansão da educação superior como a instalação da UFRB. Nestas duas áreas da cidade notamos que estão concentrados os maiores investimentos financeiros aplicados

íca de muitos bens seculares. Por suas a área de maior

através de verbas do governo federal relacionados a valorização do patrimônio cultural e a expansão do ensino superior. Devido a sua condição de cidade patrimonializada as normas patrimoniais devem incidir sob todo o espaço. Apesar da tentativa de planejamento das ações para que se faça cumprir as normatizações patrimoniais, encontramos em Cachoeira e também nas quadras específicas, ações que se opõem e conflituam com as normas de patrimonialização principalmente aquelas que incidem sob a visibilidade. Nesse ínterim as duas espacialidades analisadas revelam ações em total desconformidade as normas patrimoniais entre elas: a variação de cores das fachadas, a presença de aparelhos de ar-condicionado nas fachadas, antenas, fiação elétrica. A poluição visual e sonora contribui para a descaracterização da cidade através do não cumprimento as normas. As intencionalidades do Poder Público em estabelecer usos hegemônicos e padronizados voltados ao estabelecimento do turismo na cidade entram em conflito com os usos cotidianos destes espaços.

Esta situação demonstra que as lógicas dominantes ao impor suas normas de uso do espaço travam ao mesmo tempo uma luta incessante com os espaços vividos. Para Henrique (2009b) na cidade os acontecimentos espontâneos da vida cotidiana fazem emergir práticas que fogem da norma e possibilitam a riqueza e a diversidade da vida nas cidades. Assim, apesar da aplicação sob os espaços urbanos de um conjunto de normas que tentam regular o espaço e a vida, é possível encontrar nas cidades usos que subvertem as normas estabelecidas nos planos de recuperação e gestão das cidades históricas. As contraracionalidades podem dar vida as áreas patrimonializadas. Vale dizer que os percalços e as fragilidades na atuação dos órgãos de preservação e do Poder Público local contribuem para tal situação. As intencionalidades do Poder Público em estabelecer usos hegemônicos e padronizados voltados ao estabelecimento do turismo na cidade entram em conflito com os usos cotidianos destes espaços.

A tentativa de turistificar os espaços de Cachoeira esbarram com práticas cotidianas que fogem do controle da racionalidade dominante. Estes “contra usos” (LEITE, 2004) são respostas as normatizações e lógicas de regulação do uso do espaço. As estratégias que buscam transformar a cidade em celeiro turístico do Recôncavo entram em conflito com outras lógicas de usos dos espaços. Nos finais de semana trechos de algumas ruas da cidade, inclusive do espaço idealizado para fins turísticos, transformam-se em estacionamentos. Os frequentadores disputam espaço entre os quiosques, pequenas barracas improvisadas, palcos de shows. Se esta agitação favorece aos comerciantes do local (principalmente os da Rua 25

de Junho<sup>26</sup>) cria certo desconforto aos residentes e visitantes que aspiram por menores valores de decibéis produzidos ao mesmo tempo pelos carros de som, das casas de show improvisadas e pequenos shows ao vivo. Já houve tentativa da Prefeitura Municipal em ordenar o uso deste espaço através de barreiras fixas no solo com intuito de diminuir a movimentação de carros, entretanto, sem sucesso, devido as pressões dos comerciantes do local.

O frequente uso do espaço pelos visitantes estimula a movimentação de ambulantes (venda de bebidas, churrasquinhos) bem como a instalação pelos pequenos comerciantes com tendas, barracas de modo a extrair alguma renda sobre o fluxo de pessoas que usam o espaço. Esta movimentação também impulsiona os comerciantes a realizarem mudanças da estrutura do espaço em atendimento a demanda: colocação de toldos, mesas, cadeiras em vias públicas ocasionando sérias disputas com a Prefeitura, contudo sem grande sucesso, pois mesmo diante da criação de lei municipal, Código de polícia do município, estes usos permanecem<sup>27</sup>.

### **Considerações finais**

A produção do espaço de cidades históricas e áreas protegidas indicam a tentativa incessante por meio de incentivos governamentais, da iniciativa privada de utilizá-los como espaços de uso turístico. Nestes espaços, o uso turístico tenta se impor como dominante diante dos recursos financeiros injetados atendendo a diversos interesses capitalistas. A estética pensada para atrair o olhar do turista, a ordem imposta aos espaços, os serviços voltados as demandas daqueles que estão ali somente de passagem, indicam um uso especializado do espaço.

Apesar do apelo turístico nota-se que em Cachoeira o uso e apropriação do espaço é predominantemente de seus moradores devido a predominância do uso residencial, aos encontros realizados nas calçadas e nas ruas, as festas públicas e, especialmente ao fluxo turístico reduzido e de características sazonais. Em Cachoeira, as normas de preservação (que tentam ordenar o espaço), as propostas dos programas de preservação (com a pretensão de

---

<sup>26</sup> Os espaços da Praça da Aclamação, Rua 25 de Junho e orla fluvial transformam-se nos principais espaços de festa da cidade, localizado no circuito turístico, aglomerando centenas de pessoas especialmente nos finais de semana. Ainda vale dizer que neste mesmo espaço outros “ruídos visuais” (LEITE, 2004) aparecem com força através das velhas casas de prostituição, a presença de ruínas e a disseminação do uso e venda de drogas nos arredores da área turística. Estas práticas de uso do espaço acabam por colidir diretamente com o espaço idealizado pelo concebido.

<sup>27</sup> A retirada destes equipamentos tem como intuito ordenar o uso do solo urbano está também atrelado as questões relacionadas as normas patrimoniais que buscam a coibir ações que diminuem a visibilidade.

estimular o turismo por meio do patrimônio cultural) apontam que apesar da tentativa do espaço concebido querer impor seus objetivos, seus anseios, normatizações, notamos que nos espaços vividos estes elementos ganham contornos pela fragilidade das ações, pela desarticulação entre as partes envolvidas, ou mesmo pela não adesão dos moradores as normatizações instituídas. Ainda que as ações efetivadas pelo espaço concebido que induzem ao uso do espaço pelas atividades turísticas, percebemos que o espaço vivido em Cachoeira como dominante.

No que se refere a tendência homogeneizante colocada pelo turismo vale dizer que não se pode ignorar as resistências, as contra racionalidades, as horizontalidades, a vida que anima e que configura o lugar. A hegemonia do discurso no âmbito das intervenções urbanas em espaços tombados, em Cachoeira não surtiram muito efeito prático, pois a população local se apropria dos espaços, inclusive aqueles espaços privilegiados e que são alvos das intervenções. A contra racionalidade cachoeirana está presente no espaço patrimonial/turístico impondo suas próprias normas de viver e se relacionar com o espaço da cidade.

### **Referências bibliográficas**

- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas (pp. 11-74) In: Arantes, O., Vainer, C. e Maricato, E. (Orgs.) *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, Rio de Janeiro: Edit. Vozes, 2000.
- BAHIA. Secretaria de Turismo. Superintendência de Serviços turísticos. Turismo Étnico-Afro na Bahia. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009.
- BRASIL. Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0025.htm>
- BITENCOURT, Adriana Santana. *A paisagem urbana de Cachoeira – BA: diferentes olhares e interfaces*. Salvador. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2011.
- BAUMGARTNER, Wendel Henrique; Rothfuss, E. . Creative Inequality in the Mid-sized University City. Socio-spatial Reflections on the Brazilian Rural?Urban Interface: The Case of Cachoeira. In: Ulrike GERHARD; Michael HOELSCHER; David WILSON. (Org.). *Inequalities in Creative Cities*. 1ed. London: PalgraveMacmillan US, 2017, v. 1, p. 217-237.
- BAUMGARTNER, Wendel Henrique; Bittencourt, Adriana; CELESTINO, Livia Fraga. Gestão do planejamento urbano em cidades patrimonializadas. Reflexões e oficinas em Cachoeira/BA. *Pixo - REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE*, v. 5, p. 50-63, 2021.
- CACHOEIRA. Lei nº 730/2006 de 10.10.2006. Plano Diretor Participativo. Cachoeira: Prefeitura Municipal, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço. In: CARLOS, A. F (org). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2001.p.173-186.

CASTRIOTA, Leonardo B. *Patrimônio cultural: Conceitos, políticas, instrumentos*. Belo Horizonte: Annablume, 2009

CELESTINO, Lívia Fraga. *A produção do espaço urbano em Cachoeira/BA: patrimônio cultural no contexto dos espaços concebidos, percebidos e vividos*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFBA, 2014.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2006.

COSTA, Everaldo Batista da; CASTRO, Bernadete. O processo de “banalização pela censurização” em núcleos urbanos tombados: o caso de Tiradentes – MG. *Revista Geografias*, 2008.

FLEXOR, Maria Helena Ochi; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). *O conjunto do Carmo de Cachoeira*. Brasília, DF: IPHAN, 2007. 2

HENRIQUE, Wendel. A instalação da UFRB, a ação do Programa Monumenta e o turismo étnico na reestruturação urbana e no cotidiano de Cachoeira-BA: Notas preliminares de pesquisa. *GeoTextos*, vol. 5, n. 1, 2009a.(p. 89-112).

\_\_\_\_\_. Vida Cotidiana, Planejamento e Gestão de Cidades e Áreas Tombadas. *Anais do III Encontro Nacional do NEER*(Núcleo de Estudos em Espaços e Representações). Porto Velho, Universidade Federal de Rondônia, 2009b. Disponível em: [http://www.citeplan.geo.ufba.br/vida\\_cotidiana\\_planejamento.htm](http://www.citeplan.geo.ufba.br/vida_cotidiana_planejamento.htm)

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KRIPPENDORF, Jost. *A sociologia do turismo*. São Paulo: Editora Aleph, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974

LEITE, Rogério Proença. *Contra usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: UNICAMP, 2004.

LOBO, Graça. *Terreiros de candomblé de Cachoeira e São Felix*. Salvador, BA: Fundação Pedro Calmon: IPAC, 2015. 239 p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

PAES-LUCHIARI, M. T. D. Centros históricos - mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. *GEOgraphia*, Revista de pós-graduação em Geografia, UFF/Rio de Janeiro, n. 15, p. 25 - 41, 2006.

PAES, Maria Tereza Duarte. Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ). *Dossiê Resgate - Rev. Interdiscip. Cult.*, Campinas, v.23, n.30, p. 105-118, jul./dez. 2015.

RIBEIRO, Lola Medeiros Neto. *Patrimônio histórico: uma leitura da diversidade social em Cachoeira/BA*. Salvador, BA, 1994. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 1994.

RODRIGUES, Maria da Paz de Jesus. *Políticas culturais no município de Cachoeira - BA: avanços e desarticulações*. Anais do V Encontro de Estudos Multidisciplinares em cultura (ENECL), Universidade Federal da Bahia. 2009.

SANTOS, Milton. *A redeurbana do Recôncavo*. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais - Universidade Federal da Bahia, Imprensa Oficial, 1959. 91p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço - técnica e tempo, razão e emoção*, São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

SEABRA, Odete. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (org). *Henri Lefebvre e o retorno a dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Programa de desenvolvimento integrado da cidade monumento Cachoeira. Salvador, BA: UFBA, 1976

VELAME, Fabio. *Arquiteturas da Ventura: os terreiros de candomblé de Cachoeira e São Félix*. 2012. 2 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2012.